



## Cidadania, direitos humanos e direitos da natureza e do meio ambiente na literatura de cordel brasileira

Carlos Nogueira

IELT, FCSH, Universidade Nova de Lisboa

### Resumo

A literatura de cordel brasileira, impressa em folhetos de cerca de 11 por 16 cm, com uma média de 8 a 16 páginas, inclui, desde o seu início, temas e motivos ligados à cidadania, aos Direitos Humanos e aos Direitos do Meio Ambiente: discussão, direta e indireta, do conceito de cidadania, enquanto conjunto de direitos e deveres de que beneficiam e a que estão sujeitos os cidadãos de um país; denúncia de desigualdades e injustiças contra pessoas, seres vivos e não vivos; valorização da diferença sexual e étnica; promoção da igualdade de oportunidades e distribuição equitativa da riqueza; valorização da palavra e da Escola como espaços privilegiados de aprendizagem e interiorização dos valores e princípios em que assenta a cidadania e os Direitos Humanos, a começar pelo direito à vida, à dignidade e à liberdade (ver, por exemplo, o art. 1 da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* e o art. 24 da *Constituição da República Portuguesa*).

Partindo deste pressuposto, que comprovaremos a partir de exemplos e de uma análise dos conteúdos e das formas de alguns textos, não pretendemos apenas chamar a atenção para um dos mais ricos fenómenos culturais e cívicos do Brasil; pretendemos também reforçar a tese segundo a qual esta produção cultural pode ser integrada com sucesso em atividades curriculares e em provas escolares de todos os países lusófonos (e não só), tal como já acontece no Brasil.

**Palavras-chave:** Literatura de Cordel Brasileira; Natureza; Direitos Humanos; Ecologia; Língua Portuguesa.

### Abstract

The cordel literature of Brazil, printed on pamphlets measuring around 11cm by 16cm and averaging 8 to 16 pages in length, has been dealing with themes and concepts

related to citizenship, human rights, and environmental rights since its inception. These include: the direct and indirect discussion of the notion of citizenship, when considered in conjunction with the rights and responsibilities from which the citizens benefit and to which they are subject; a criticism of inequalities and injustices committed against people and beings sentient and otherwise; the appreciation of differences in gender and ethnicity; the promotion of equal opportunities and fair distribution of wealth; the appreciation of words and of schooling as special areas reserved for learning and assimilating the values and principles which form the basis for citizenship and human rights, starting with the rights to life, to dignity, and to freedom (see, for example, art. 1 of the *Universal Declaration of Human Rights* and art. 24 of the *Portuguese Constitution*).

To depart from this initial statement, which we shall support using examples and analysis of the form and content of several texts, not only do we aim to call attention to one of Brazil's richest cultural and civic phenomena; we also hope to strengthen the proposal that this cultural product might be successfully integrated into curricular activities and academic evaluation in all lusophone countries (and even beyond), as is already the case in Brazil.

**Keywords:** Brazilian Cordel Literature; Nature; Human Rights; Ecology; Portuguese Language.

## A literatura de cordel

“Folhetos”, “folhetos de feira”, “cordéis” ou, sobretudo na linguagem de especialistas, “literatura de cordel” são termos e expressões que designam uma das mais importantes e persistentes manifestações da cultura popular brasileira. Na origem desta literatura está a produção europeia de livrinhos populares a que, em Portugal, se dá formalmente o nome de “literatura de cordel” pelo menos desde 6 de Junho de 1865, data da publicação, no *Jornal do Comércio*, do artigo “Literatura de cordel”, de Teófilo Braga, e que constitui, nas palavras do autor em 1881, “a primeira tentativa para este trabalho” (p. 62). Diz-se de “cordel” porque os folhetos que a constituíam (e constituem, no Brasil)

“eram pendurados, para exposição e venda, em cordéis distendidos entre dois suportes, presos por alfinetes, pregos ou molas de roupa” (Nogueira, 2004, p. 7), e também porque quem vendia esses objetos impressos os colocava à cinta e também os podia exhibir “a cavalo num barbante” (Nogueira, 2004, p. 8).

Esta literatura, que chegava ao Brasil desde Portugal, começa a ser produzida também em terras brasileiras na primeira metade e principalmente em finais do século XIX, “quando as impressoras se tornaram obsoletas para os grandes centros e se interiorizaram” (Carvalho, 2002, p. 44). No Nordeste brasileiro, o cordel assumiu uma identidade muito própria, e imediatamente reconhecível no conteúdo e na linguagem, configurada em folhetos, com cerca de 11 por 16 centímetros, de 8 e 16 páginas (chegando às vezes a ter 32 e mesmo 48); e sempre em verso, enquanto que na tradição europeia havia igualmente textos dramáticos e em prosa.

A bibliografia sobre literatura de cordel brasileira, que acolhe qualquer tema, dos mais antigos (Carlos Magno, Doze Pares de França ou Joana D’Arc) aos mais contemporâneos e circunstâncias (Cangaceiros, crimes, enchentes, Bin Laden ou George W. Bush), é muito vasta. Nela encontramos não só títulos de autores brasileiros (acadêmicos ou não) como Luís da Câmara Cascudo, Orígenes Lessa ou Cavalcanti Proença, mas também de estudiosos estrangeiros, como o francês Raymond Cantel, o italiano Silvano Peloso, os americanos Mark Curran e Candace Slater ou o holandês, radicado no Brasil, Joseph Luyten, que em 2001 publicou uma exaustiva *Bibliografia Especializada sobre Literatura Popular em Verso*, segundo o subtítulo da obra, *Um Século de Literatura Popular*. A ser ampliada, infelizmente não já por Luyten, que faleceu em 2005, esta *Bibliografia* contemplará, com certeza, mais algumas largas dezenas de trabalhos.

### **As origens de um ciclo**

Identificados com o seu país, há muito os poetas populares brasileiros exaltam o mundo rural, o sertão e as suas gentes, os animais, o mar do Brasil. Em folhetos de vários

ciclos, a descrição emocionada da natureza é um convite à participação do leitor na grande “alma brasileira”, que não pode prescindir da fruição estética das paisagens nem do conhecimento activo dos recursos naturais e humanos que se lhe associam.

Nos poemas de Patativa do Assaré (1909 – 2002), a natureza aparece-nos na sua multiplicidade de mundo pleno de recursos e belezas naturais, mas também atravessado por agruras e injustiças que importa mostrar e denunciar. É através do verso que este autor pensa, frui e participa na natureza religiosa e na natureza física, de que descreve as belezas e as inter-relações ecológicas. “O verde camaleão”, por exemplo, “verde da cor da esperança/ Com o flagelo que avança/ Muda logo de feição/ (...) / Perde a sua cor bonita/ Fica de forma esquisita/ Que causa admiração” (2001, p. 122).

Em *A Terra É Natural*, Patativa do Assaré exprime o seu amor pela natureza e, ao mesmo tempo, dirige uma crítica àqueles que exploram a terra em seu benefício exclusivo. O poeta, em nome da sacralização da natureza, da valorização dos explorados e do comunitarismo tradicional do sertão, reclama pacificamente a terra que lhe pertence: “Isquite o que tô dizendo,/ seu dotô, seu coroné:/ De fome tão padecendo/ meus fio e minha muiê./ Sem briga, questão nem guerra,/ Meça desta grande terra/ umas tarefas pra eu!/ Tenha pena do agregado/ não me dêxe deserddado/ Daquilo que Deus me deu” (1999, p. 9).

Não lhe interessam os bens materiais daqueles que têm dinheiro e poder de decisão; interessa-lhe viver em simplicidade, humildade e comunhão com a natureza, de onde retira o sustento e a alegria de viver: “Não invejo o seu tesoro,/ sua mala de dinheiro/ a sua prata, o seu oro/ o seu boi, o seu carnêro/ seu repôso, seu recreio,/ seu bom carro de passeio,/ sua casa de morá/ e sua loja surtida,/ o que quero nesta vida/ é terra pra trabaiá” (1999, p. 9). Como afirma um dos estudiosos da obra de Patativa do Assaré, este poeta “é homem de luta, que nunca se dobrou a censuras, que sempre venceu o medo, o que fica evidenciado” por um “episódio pitoresco”: «depois de descer a serra várias vezes e de nunca encontrar o prefeito de Assaré, fez um poema que falava em uma “prefeitura sem prefeito”» (Carvalho, p. 77).

“As utopias”, para Patativa, “baseadas em um cristianismo solidário, passam pela questão da terra, que ele conhece como ninguém, e avançam na construção de uma

sociedade mais justa e igualitária” (Carvalho, p. 79). Esta relação entre a utopia religiosa e social e o combate por um mundo novo atravessa toda a poesia de Patativa do Assaré, e por isso podemos dizer que os folhetos deste autor são suficientes, em número e em qualidade, para que seja legítimo propormos um ciclo que até hoje não foi incluído nas classificações da literatura de cordel brasileira (Carvalho, 2001, pp. 71-80): “Cidadania, Direitos Humanos e Direitos da Natureza e do Meio Ambiente”. Muito provavelmente, a crítica especializada, dos Estudos Literários à Antropologia e aos Estudos Culturais, ter-se-á já apercebido da existência e da importância deste ciclo, mas ainda não o identificou formalmente nem o estudou.

### **O ciclo “Cidadania, Direitos Humanos e Direitos da Natureza e do Meio ambiente”**

Sobretudo a partir de finais da década de 70 do século passado, na sequência do desenvolvimento da consciência ecológica e humanista à escala mundial, surgiram folhetos que nos permitem dizer, ainda com mais propriedade, que o ciclo “Cidadania, Direitos Humanos e Direitos da Natureza e do Meio Ambiente” é um dos mais relevantes do cordel brasileiro. Por isso, é conveniente acrescentá-lo às classificações que autores como Leonardo Mota, Cavalcanti Proença, Orígenes Lessa ou Ariano Suassuna (Diégues, 1986, pp. 52-54) propuseram para esta literatura vastíssima e de temas muito diversos.

Alberto Porfírio (1926 – 2009), com o folheto *Não Mate a Natureza* (1979), é um dos primeiros poetas a trazer para o cordel as grandes questões da cidadania, à luz dos debates científicos e dos tratados internacionais que, na altura, já contestavam o paradigma tecnológico. Tal como Patativa do Assaré, o poeta elogia a natureza, censura a atitude de hostilidade do ser humano em relação a tudo o que constitui o mundo natural e dirige-se também aos poderosos, que responsabiliza pela exploração dos mais pobres.

Alberto Porfírio critica o modo como o ser humano se tem relacionado unilateralmente com a natureza, insistindo na sua mercadorização e esgotamento de recursos, e propõe alternativas: a alteração do paradigma excessivamente tecnológico por um paradigma ecológico, que exige reciprocidade entre o Homem e a natureza, a entrega da

terra a quem a quer trabalhar e o fim das riquezas e dos privilégios desmedidos dos poderosos. Nestas estrofes, irônicas e satíricas, ficam evidentes as reivindicações daqueles que viveram e vivem o “movimento dos sem-terra”: “Está errada, senhores,/ essa distribuição./ Uns têm muito e muitos, nada./ Por causa da ambição./ Será que alguém não conhece/ do problema, a solução?// Conhece, todos conhecem/ como corrigir a falha./ O espaço é para as aves,/ a terra é pra quem trabalha./ Quem não se apercebe disso/ é imbecil e canalha” (p. 6).

O poeta sabe que sem acesso ao trabalho e à educação não há cidadania, e por isso pede que os poderosos cumpram os seus deveres na relação com a República. Esta reivindicação é de grande importância, já que, como se sabe, uma sociedade só funciona democraticamente se todos cumprirem os seus deveres e beneficiarem dos mesmos direitos. Ora, uma vez que estes direitos são, antes de mais, políticos (os cidadãos participam, através do voto, na formação do governo e podem, eles próprios, candidatar-se a cargos públicos), e como não há formação de opiniões livres nem liberdade civil sem trabalho e educação, os poetas como Alberto Porfírio denunciam esta contradição na aplicação das regras elementares da cidadania.

O poeta não recusa a ideia de progresso, nem quer limitar a curiosidade humana, mas defende que a tecnologia deve estar ao serviço de uma relação harmoniosa entre a natureza e as pessoas, entre os ritmos naturais e o crescimento. O ser humano necessita de controlar os seus desejos de conquista e de dominação sobre tudo o que existe, ou acabará por se autodestruir: “Os cientistas modernos/ arriscam terríveis planos/ em seus estouros atômicos/ nas águas dos oceanos/ onde exterminam os peixes/ e ameaçam os humanos.// Agora nos perguntamos:/ A salvação, qual seria?/ E respondemos: usarmos/ toda tecnologia/ pensando no bem comum/ com paz e muita harmonia” (p. 5).

*Não Mate a Natureza* mostra-nos como na linguagem poética é possível conciliar intensidade com informação e combatividade, sentimentos estéticos com indignação, razão e protesto. Neste folheto, convivem palavras tradicionalmente usadas em poesia com termos e expressões de áreas semânticas do ambiente, das ciências da vida e das ciências sociais. O léxico da natureza conjuga-se com termos como “poluição” (p. 2), “inseticidas”

(p. 3), “pesticidas” (p. 3), “fábricas” (p. 4), “fumaças” (p. 4), “desflorestamento” (p. 8), “industrial” (p. 8), “minérios” (p. 10), “chaminés” (p. 14), “máquinas” (p. 14) ou “petróleo” (p. 14) e com expressões da área do Direito como “direitos humanos” (p. 8) ou “Contratos de Risco” (p. 9).

Também o folheto de Abraão Batista (1935) *A Terra É uma Nave e Você o Passageiro* (1996) ilustra, desde o título, a vertente interventiva da literatura de cordel dos últimos vinte anos. Este cordelista, para quem “o bicho homem é bicho” e “bicho também é gente” (2002, pp. 1 e 8), assume uma posição em tudo de acordo com os princípios do pensamento moderno mais avançado. Animais, vegetais, animais, o Homem, toda a Natureza beneficiam dos mesmos privilégios: “Os bichos que tem na terra/ são chamados de animais/ sejam os rastejantes/ ou de portes colossais/ seja homem ou inseto/ todos eles são iguais” (1996, p. 3).

O poeta fala de casos que têm a ver com o quotidiano do leitor, mas não deixa de lembrar, ao longo do folheto, que se inscreve no pensamento holístico: o comportamento de cada pessoa tem implicações no ecossistema global. Agredir uma parte do sistema significa afectar todas as outras partes: “A terra é uma nave/ de perfeita harmonia/ tudo está ligado/ na mais fina filosofia/ só há choro na terra/ se o homem a desafia” (p. 4).

Estamos no âmbito dos direitos dos animais, na relação entre vida e bem-estar e no universo dos deveres e direitos da cidadania. Os animais não-humanos, segundo o autor, devem ser protegidos por uma ética animal que qualquer pessoa pode pôr em prática: “Ensine pros seus filhos/ não matar os passarinhos/ nem tornar-se assassinos/ doutros seres e bichinhos/ vê: todos são criaturas/ criadas sob carinhos” (p. 12). Daí o cenário que Abraão Batista apresenta ao seu leitor, para o convencer de que até um pássaro é um ser senciente (sente dor, prazer, conforto, ansiedade...): “Pensou se alguém de fora/ pegar seu filho para cantar?/ Ou por achá-lo bonito/ possa ele o seqüestrar/ levando para outras terras/ bem distantes, além do mar?!” (p. 13). Confrontar o leitor com os seus erros enquanto cidadão a quem competem deveres tem um objetivo: levá-lo a valorizar conscientemente os seus direitos e a conceber-se numa relação de igualdade e respeito em relação a tudo quanto existe.

A ecotopia que Abraão Batista propõe não implica necessariamente o abandono da cidade, que ao longo da história tem sido utilizada como símbolo de corrupção, perversidade e doença. Para ele, a cidade pode ser um lugar de realização humana, um paraíso de harmonia e serenidade. Se houver uma boa articulação entre a tecnologia ecológica e a preservação da natureza, é possível criar um jardim do Éden na cidade: “As árvores, por sua vez/ são de grande utilidade/ além de melhorar clima/ embelezam a cidade/ a poeira fica nas folhas/ pra nossa felicidade.// (...)// Já pensou se nossas ruas/ embelezassem os lares/ com frutos de todos tipos/ e as praças fossem pomares/ cheias de plantas frutosas/ que perfumassem os ares?” (p. 7).

No folheto *Conversa da Caapora com Saci Pererê*, não faltam as críticas diretas aos políticos, nem a identificação e a apresentação de propostas de resolução dos graves problemas do Brasil e do mundo que põem em causa a existência de uma cidadania autêntica: “O Saci disse: insisto –/ disso tudo, o causador/ são as indústrias pesadas;/ e o grande poluidor/ é o petróleo que faz/ na nossa flora um clamor.// De um pulo a Caapora/ saltou ligeiro no chão/ bebeu água da fonte/ pegou um pássaro na mão/ deu um beijo bichinho/ e apertou-o ao coração.// – Quem derrubar uma árvore/ devia plantar mais cem/ quem matar um passarinho/ aquele, como ninguém, devia ser instruído.// – Eu acho que o causador/ de tanta devastação/ é a falta de escolas/ e uma boa educação/ quem destrói a Natureza/ consome-se na podridão” (1992, p. 6). Levar a educação escolar a toda a população, para que todos se possam construir em consciência, igualdade e liberdade; diminuir o impacto negativo das tecnologias e das indústrias pesadas; e superar a megalomania e o culto do dinheiro: eis o que se depreende das palavras destas personagens do maravilhoso brasileiro.

Um folheto que desde o título não deixa dúvidas quanto ao tema é, de Moreira de Acopiara, *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, publicado em 2010 e reeditado, em cordel ilustrado, em 2011. O poeta exige de si uma participação cívica e cultural ativa, e por isso constrói um texto que é tanto de divulgação da *Declaração Universal dos Direitos do Homem* (1948) como, implicitamente, de denúncia, sem qualquer azedume, da intolerância, dos preconceitos e de todos os tipos de violência (racial, sexual, religiosa, de género, etc.): “Todas crianças têm/ Direito ao divertimento,/ À saúde, proteção/ E um bom

48



acompanhamento,/ Independentemente de virem/ Ou não de um casamento” (p. 11). O contributo de Moreira de Acopiara para a discriminação e para a reflexão à volta dos direitos humanos começa no título, e não é assim apenas por remeter para o conhecido documento emanado das Nações Unidas. Para evitar os equívocos do termo “Homem”, que pode sugerir exclusão da “Mulher”, o autor escreve, em vez de “Direitos do Homem”, “Direitos Humanos”.

Antes de traduzir, de modo livre e sem numeração, cada um dos trinta artigos da *Declaração Universal dos Direitos do Homem*, o poeta sublinha que na origem deste documento, que ele rebatiza, como vimos, de *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, está a convicção de um grupo de pessoas, “Todas muito competentes,/ Cultas, bem intencionadas” (p. 1), de que as diferenças entre os seres humanos não constituem um prejuízo: “Homens e mulheres, jovens,/ Velhos, negros e castanhos,/ Brancos, índios e amarelos,/ De diferentes tamanhos,/ E até com vários sotaques,/ Aparentemente estranhos.// Eles notaram que tinham/ Os mais variados gostos;/ A pele, o cabelo, os olhos,/ O formato dos seus rostos,/ A cultura misturada,/ Os prazeres, os desgostos” (p. 1). Ao longo de treze sextilhas, com eloquência e clareza, o poeta lembra ou ensina a quem não sabe que a história da humanidade tem sido feita de dor e sofrimento que os próprios seres humanos, por motivos muito diversos, infligem noutros seres humanos: “Por causa da cor da pele/ Muitos foram torturados./ Havia muitos políticos/ Que foram achincalhados,/ Foram mortos ou tiveram/ Os seus direitos cassados” (p. 5).

Ao transmitir mensagens de paz, solidariedade, igualdade e progresso justo e sustentado, o objetivo deste folheto é, como a *Declaração Universal dos Direitos do Homem* que lhe subjaz, informar e prevenir, não ser um libelo acusatório. O poeta informa, por exemplo, que “Dentre os países que essas/ Pessoas representavam,/ Alguns pregavam a paz,/ Outros se digladiavam./ Uns matavam, destruíam,/ Enquanto alguns se ajudavam” (p. 4), e mais à frente conclui, sugerindo que a *Declaração* é o resultado de uma aprendizagem lenta e dolorosa; um documento universal que nasce da necessidade de prevenir abusos e da convicção de que há direitos fundamentais, de dignidade e de igualdade entre homens e mulheres independentemente da sua raça, país, ideologia ou religião, que são invioláveis:

“Tudo bem, a gente,/ Todo mundo acerta e erra./ E o que reunia aquelas/ Pessoas naquela terra/ Era o desejo de que/ Nunca mais houvesse guerra” (p. 5). O cordel é um veículo privilegiado para essa transmissão de mensagens de paz, solidariedade, igualdade e progresso justo e sustentado: “E como o cordel tem esse/ Poder, esse encantamento,/ Resolvi me concentrar,/ E a partir desse momento/ Eu vou transcrever alguns/ Pontos desse documento” (p. 6).

### **O ciclo “Cidadania, Direitos Humanos e Direitos da Natureza e do Meio Ambiente” e a sua utilização no processo de ensino-aprendizagem**

Há, paralelamente a estes cordéis e às ações de divulgação junto do público adulto, cada vez mais autores que têm explicitamente em vista o público infantil e juvenil, e a escola também recorre ao cordel para formar cidadãos leitores capazes de ler o mundo natural e social a partir da literatura.

Dirigir cordéis às crianças e aos jovens não promove apenas a leitura, a evasão e o conhecimento em áreas específicas. Também favorece a educação para o respeito pelas culturas orais e populares, e a capacidade de aí encontrar ensinamentos e valores que a sociedade moderna ignora ou esquece. Ao integrar o cordel no cânone da literatura lida nas salas de aula, a escola está a pôr em prática essa grande virtude da literatura de cordel brasileira: dar voz aos menos favorecidos economicamente e assim contribuir para a transformação da sociedade. Os alunos que se reconhecem nesta mundividência oral e popular vêem a sua cultura valorizada e, desse modo, sentem-se capazes de participar nas actividades do grupo e de interagir com os colegas de outros universos socioculturais. Estes, por sua vez, aprendem naturalmente a aceitar a diferença e a respeitar as formas de expressão e as ideias daqueles que estão afastados dos centros de poder económico e político.

É neste espírito de educação multicultural que os currículos programáticos das disciplinas de Língua Portuguesa e de Literatura Brasileira contemplam, explícita e implicitamente, o ensino do cordel, que aparece ao lado de géneros textuais da tradição

popular há muito contemplados nos programas escolares e em orientações curriculares (o provérbio, a adivinha, a lenda, etc.).

As acções dos cordelistas em escolas e a integração do cordel em actividades curriculares e provas escolares contribuem directamente para o impacto positivo dos cordéis do ciclo da natureza e do ambiente. Os poetas desafiam o leitor a olhar para a percepção própria das práticas quotidianas que mais se reflectem negativamente no ambiente, a avaliar as consequências dessas acções individuais no contexto global e a ver a natureza como uma ecotopia e um lugar de conhecimento e de espiritualidade.

Este cordel, chamado, por vezes, em subtítulo, cordel ilustrado, é vendido, em grandes números, em feiras, quiosques, encontros académicos, festivais de folclore e outras festas populares. Mas tanto a sua venda como a sua divulgação, que beneficia das novas tecnologias na sala de aula, também se fazem nas escolas brasileiras, algumas das quais têm boas coleções de cordel.

Um bom exemplo de cordel infantil ilustrado é *Uma Aventura na Amazônia* (2008), de Marcos Mairton (1966), que narra o caso de uma criança que foi salva e acolhida temporariamente por índios, depois de o barco em que seguia com os pais ter sofrido um acidente. Daniel, o pequeno herói desta narrativa, durante o tempo em que vive com os índios, não se esquece da sua família, mas não adopta uma posição etnocêntrica. Enquanto esperava pelo barco que por ali passava uma vez por mês, integrou-se no modo de vida da tribo e aprendeu a respeitar a natureza, a conhecer os animais, a ver-se numa relação de igualdade com os outros seres (humanos e não humanos), cuja dignidade e direitos passou a saber reconhecer.

Esta aprendizagem não se perdeu com o regresso de Daniel a casa. O efeito prático foi imediato, já que ele devolveu à natureza o macaco-aranha que o tio lhe oferecera. Daniel percebeu que a sua situação, longe da família, era semelhante à desse animal, por cuja perda de liberdade ele fora responsável. A experiência de Daniel, transmitida num relato que combina aventura e conhecimento científico, cultura e cidadania, palavra e imagem, contraria assim a desproporção que existe entre as ideias e os atos de muitos

daqueles que se consideram democratas.

O compromisso deste folheto com o português padrão escrito não diminui a oralidade do texto, nem afecta a ligação do autor à família dos poetas populares brasileiros, de que ele é reconhecidamente herdeiro. O cordel de Marcos Mairton não se considera superior ao de um poeta como Patativa do Assaré, cujas obras escritas reproduzem, tanto quanto possível, a fala típica do sertanejo não escolarizado. Mairton, como muitos outros cordelistas oriundos da cultura escolar, sabe que todas as variedades linguísticas do cordel são válidas, desde que correspondam naturalmente aos sistemas e subsistemas dos autores, e desde que obedeçam à arte poética tradicional. Este cordel diversifica a ética, a estética e a pragmática cívica e humanista do poema oral e dos folhetos. É uma poesia escrita para ser dita que se coloca assumidamente do lado da língua popular e, ao mesmo tempo, da língua da escola.

Comparar, na sala de aula, a expressão de um Patativa do Assaré com a de Mairton permitirá sempre estabelecer distinções e aproximações essenciais entre o popular e o culto, o oral e o escrito, a tradição e a criação; permitirá deixar evidente que a poesia se rege por leis que diferem das da linguagem não-literária; e permitirá mostrar aos alunos que pode haver muito interesse literário, humano e social numa obra em que, à partida, não esperaríamos encontrar senão ingenuidade e pobreza estética e ideológica.

Há ainda muito a aprender e a descobrir tanto no que diz respeito à antropologia e à estética das formas literárias populares como no que tem a ver com a sua didática. Este é um universo de surpreendentes agonias, resistências e metamorfoses, mas regista-se cada vez mais uma certeza que a verificação empírica da prática letiva das literaturas orais, marginais ou marginalizadas, nos distintos níveis de formação, confirma: o entusiasmo dos docentes que ensinam os textos, os co-textos e os contextos, e a adesão apaixonada e ativa quer dos alunos quer da comunidade (quando é chamada a colaborar com a escola); o que contrasta com a tão falada crise do livro e da leitura, que o mesmo é dizer crise no ensino da Literatura (institucionalizada).

A adesão dos alunos viabiliza, no professor, o desenvolvimento e a construção de procedimentos e materiais a implementar em ambiente de aula; e o entusiasmo do professor

também se reflete no aprofundamento da participação crítica da maioria dos alunos e na sua compreensão da diferença social, etária, étnica, sexual e cultural, num tempo que privilegia o saber-fazer especializado e as novas tecnologias em detrimento dos afetos (Bahia, 2010, pp. 47-58; Neitzel & Carvalho, 2011, pp. 103-121). Temos aqui motivos suficientes para uma reflexão séria sobre a legitimidade do ensino da Língua e da Literatura, as metodologias, os materiais de apoio e os textos a privilegiar. Neste processo, pode também verificar-se a otimização de uma prática que é própria da atividade docente: a docência enquanto campo de investigação permanente e de promoção da igualdade e da liberdade de pensamento e expressão.

## **Conclusão**

O contributo da crítica literária, em especial da ecocrítica, que explora as representações do comportamento humano na natureza e no planeta, pode ser decisivo para o equacionamento em larga escala dos desafios ecológicos e éticos. Os problemas ambientais e os problemas humanos que se lhe associam não são apenas problemas científicos. São também uma questão sociocultural, moral e ética, a que a literatura tem vindo a dar uma dimensão cada vez mais forte social e culturalmente. A literatura implícita ou explicitamente ecocêntrica desenvolveu sempre a nossa literacia ecológica e filosófica. Hoje, através da ecocrítica, o impacto ecológico e cultural deste diálogo pode e deve ser ainda maior.

A mensagem destes folhetos é clara e envolve múltiplos aspetos em que todos somos chamados a intervir, da educação à religião, à ciência e à sociedade. O cordel pede-nos que nos despojemos de alguns excessos materiais, para simplificarmos as nossas vidas e atingirmos uma consciência simultaneamente filosófica, ética e cívica mais profunda; e exorta-nos a assumir, individual e coletivamente, mais responsabilidade na gestão dos recursos energéticos, no relacionamento com a natureza e o outro (animal ou humano) e na organização política e social.

Como se vê, a literatura de cordel brasileira é um espaço de debate e de criatividade, de cidadania e de promoção de igualdade entre os seres humanos e a Natureza. Em

oposição à hostilidade do ser humano face ao outro (humano e não humano), estes impressos conciliam ética e literatura, ética político-social e ética da literatura, ética humana e ética animal, ética do ambiente e ética da natureza. Divulgar esta literatura é, pois, para além de um ato de cidadania cultural, contribuir para a resolução de todo o tipo de desigualdades sociais.

### Referências bibliográficas

Acopiara, Moreira de (2010). *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. S.l.: s.e.

Acopiara, Moreira de. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Cordel Ilustrado (Português / Español). Ilustrações de J. Rafael Correa Lima. Trad. de Javier Iglesias. (2011). Brasília-DF: Ensino Editora.

Assaré, Patativa do (1999). *A Terra é natura. Congresso Andes. Homenagem aos 90 anos do poeta Patativa do Assaré*. Fortaleza: Arte Visual.

Assaré, Patativa do (2001). *Patativa do Assaré: Uma voz do Nordeste*. Introdução e seleção de Sylvie Debs. 3.<sup>a</sup> ed. São Paulo: Hedra.

Batista, Abraão (1996). *A Terra é uma nave e você o passageiro*. 2.<sup>a</sup> ed. Juazeiro do Norte: s.e.

Batista, Maria de Fátima Barbosa de Mesquita; Borges, Francisca Neuma Fechine; Faria, E. M. B. de, & Aldrigue, A. C. de S. (orgs.). (2004). *Estudos em literatura popular*. Edição Comemorativa dos 25 anos do PPLP. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.

Bahia, Sara (2010). Considerações sobre a educação para a arte e para a cultura, ou “como levar Clio à escola”. *Revista Lusófona de Educação*, 16, 47-58.

Braga, Teófilo (1881). Os livros populares portugueses (folhas volantes ou literatura de cordel). *Era Nova: Revista do Movimento Contemporâneo*, 12, 3-19 e 49-62.

Carvalho, Gilmar de (2001). *Patativa do Assaré*. 3.<sup>a</sup> ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha.

Carvalho, Gilmar de (2002). Cordão, cordel, coração. Colaboração de Sylvie Debs. Cult, 60, 44-49.

Diégues Júnior, Manuel (1986). Ciclos temáticos na literatura de cordel (tentativa de classificação e de interpretação dos temas usados pelos poetas populares). In Ed. M. Diégues Júnior. *Literatura Popular em Verso: Estudos* (pp. 27-177). Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Editora da Universidade de São Paulo / Fundação Casa de Rui Barbosa.

Luyten, Joseph (2001). *Um século de literatura popular. Bibliografia especializada sobre literatura popular em verso*. São Paulo: Nosso Studio Gráfico.

Mairton, Marcos (2008). *Uma aventura na Amazônia*. Ilustrações de Rafael Limaverde. S.l.: Edições Imeph.

Neitzel, Adair de Aguiar; Carvalho, Carla (2011). Estética e arte na formação do professor de educação básica. Revista Lusófona de Educação, 17, 103-121.

Nogueira, Carlos (2004). *O essencial sobre a literatura de cordel portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Porfírio, Alberto (1979). *Não mate a natureza*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto.

Saraiva, Arnaldo (1994). O início da literatura de cordel brasileira. Boletim da Universidade do Porto, 24, 31-33.